

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

celebrada entre

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

como Emissora;

e

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

DATADA DE
09 DE JUNHO DE 2015

Handwritten signature and mark

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora,

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede no Município de Brasília, Distrito Federal, na ST Setor de Indústria e Abastecimento - Área Especial C, s/n, CEP 71200-030, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob nº 07.522.669/0001-92, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("CEB" ou "Emissora");

e, de outro lado, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"), OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas no 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Oliveira Trust" ou "Agente Fiduciário"),

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da CEB Distribuição S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia (conforme abaixo definido) são celebrados de acordo com a deliberação da 127ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da CEB, realizada em 08 de junho de 2015 ("AGE"), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão, da Oferta (conforme definido abaixo), bem como os seus termos e condições definidos, *inter alia*, na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A constituição das Garantias Reais (conforme definido abaixo) de que trata o item (4.13) abaixo foi devidamente aprovada na AGE.

CLÁUSULA II DOS REQUISITOS

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta” e “Instrução CVM 476”, respectivamente).

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.1.3. A Oferta será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º e 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, condicionado o cumprimento da obrigação de registro na ANBIMA à expedição de diretrizes específicas e comunicação ao mercado por referido órgão.

2.2. Registro na Junta Comercial do Distrito Federal – JCDF e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE será devidamente arquivada na Junta Comercial do Distrito Federal (“JCDF”), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e publicada (i) no Diário Oficial do Distrito Federal e (ii) no jornal “Correio Braziliense”, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos, pela Emissora, na JCDF, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Sem prejuízo do disposto no item (6.5), alínea (e) desta Escritura de Emissão, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JCDF, deverão ser enviados ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis contados das respectivas datas de registro. Para fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia de segunda a sexta-feira, exceto sábado, domingo e feriado declarado nacional.

2.4. Registro para Distribuição Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) e depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Registro das Garantias Reais

2.5.1. O Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) será registrado previamente à liquidação financeira das Debêntures em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília, Distrito Federal e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei nº 6.015 de 31 de dezembro 1973, conforme alterada. Adicionalmente, o Contrato de Alienação Fiduciária (conforme abaixo definido), previamente à liquidação financeira das Debêntures, será registrado no(s) Cartório(s) de Registro de Imóveis competentes, com a averbação dos respectivos ônus nas matrículas dos imóveis urbanos, caracterizados no “Anexo I” do Contrato de Alienação Fiduciária. A Emissora deverá colocar à disposição do Agente Fiduciário os comprovantes dos registros acima referidos no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do recebimento pela Emissora do respectivo comprovante de registro.

2.5.2. Sem prejuízo da caracterização da hipótese de vencimento antecipado prevista na alínea (b) do item (4.14.1) desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído, de forma irrevogável e irretroatável, de todos os poderes necessários a promover os registros dos Contratos de Garantia e de seus aditamentos, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, observado que a Emissora, caso não os faça, deverá ressarcir o Agente Fiduciário de todos os custos e despesas incorridos.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social (i) distribuir e comercializar energia elétrica no Distrito Federal, nos termos do “Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 066/1999”, datado 26 de agosto de 1999 e com prazo de vigência até 07 de julho de 2015, celebrado com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“Contrato de Concessão”), ou em outras áreas do país cuja concessão para exploração seja-lhe outorgada; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos da energia elétrica, para exploração econômica, construindo e operando sistemas de distribuição em todo o Distrito Federal ou em outras áreas que lhe sejam concedidas; (iii) garantir o suprimento de energia elétrica ao mercado consumidor,

contribuindo para a promoção e o incentivo do desenvolvimento sócio-econômico do Distrito Federal ou de outras áreas; (iv) apoiar e incentivar estudos e pesquisas de desenvolvimento de energia elétrica e promover o fomento e a implantação de programas de eficiência de energia elétrica e (v) promover a absorção de tecnologias disponíveis, visando à redução dos custos operacionais, à melhoria da eficiência do abastecimento de energia elétrica e da qualidade de vida por meio do qual o poder concedente autorizou a Emissora a explorar os serviços de distribuição de energia elétrica em sua área de concessão.



3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em série única.

3.3. Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) ("Principal").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 1.300 (mil e trezentas) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

Os recursos captados pela Emissora com a Oferta serão utilizados no curso regular de seus negócios.

3.6. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante da Emissão é o ITAÚ UNIBANCO S.A, instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Amaral, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante"), e o escriturador mandatário é a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou o Escriturador Mandatário. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.

3.8. Colocação, Procedimento de Distribuição das Debêntures

Seção I – Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, observadas, cumulativamente, as Condições Suspensivas de Desembolso (conforme abaixo definido), para o montante de R\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais) e em regime de melhores esforços para o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33 (“Coordenador Líder”), conforme os termos e condições do “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da CEB Distribuição S.A. e Quotas Seniores de Emissão de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nº CSBRA20150500252”, celebrado em 09 de junho de 2015 entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.8.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, considerando-se que as obrigações de subscrição e integralização das Debêntures pelo Coordenador Líder e pelos Debenturistas encontram-se sujeitas ao aperfeiçoamento das Condições Suspensivas de Desembolso e aos termos e condições do Contrato de Distribuição.

3.8.2.1. O Coordenador Líder fica expressamente autorizado, pela Emissora, a organizar plano de distribuição que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, do líder e do ofertante, de sorte que o Coordenador Líder deverá assegurar que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo, a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes e que sejam cumpridas as demais disposições aplicáveis nos termos da legislação em vigor.

3.8.2.2. O Coordenador Líder poderá acessar até, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.8.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, conforme descrito no item (2.4.3) acima.



3.8.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.8.5. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Qualificados” os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Distribuição.

3.8.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.7. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até 1 (um) Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta, comprometendo-se, desde já, a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.8.8. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476 e do disposto no item (3.8.2.1) tendo como público alvo apenas Investidores Qualificados. A totalidade das Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas por um único Investidor Qualificado.

3.8.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.



Seção II – Das Debêntures

3.8.11. Observados os termos e condições do Contrato de Distribuição e os procedimentos da CETIP, as Debêntures serão subscritas e integralizadas durante o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado do início da Oferta, na forma do artigo 7-A da Instrução CVM 476 (“Período de Distribuição”), em uma única tranche pelo Preço de Subscrição (conforme abaixo definido).

3.8.12. Observado o disposto no Contrato de Distribuição, as Debêntures serão subscritas e integralizadas, durante o Período de Distribuição, observado o artigo 8º da Instrução CVM 476, em data que vier a ser mutuamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder e desde que todas as Condições Suspensivas de Desembolso tenham sido cumulativamente cumpridas, em forma e substância satisfatória ao Coordenador Líder e aos Debenturistas, conforme o caso.

3.8.13. Caso, por qualquer motivo, a Emissora deixe de solicitar a subscrição e integralização das Debêntures ou não se verifique o atendimento, cumulativo, das Condições Suspensivas de Desembolso em forma e substância satisfatória ao Coordenador Líder e aos Investidores, conforme o caso, o Coordenador Líder e os Investidores Qualificados ficarão automaticamente liberados e desobrigados de todas e quaisquer obrigações por eles assumidas no que tange à subscrição e integralização das Debêntures, e, com relação ao Coordenador Líder, no que tange às suas obrigações nos termos do Contrato de Distribuição, não cabendo, contra o Coordenador Líder e/ou qualquer Debenturista, em tal hipótese, nenhum direito ou pretensão indenizatória e/ou de ressarcimento de nenhum custo, honorários advocatícios, perda, prejuízo ou dano material ou emergente ou lucro cessante.

Seção III – Das Condições Suspensivas de Desembolso

3.9. O cumprimento, pelo Coordenador Líder e/ou pelos Investidores conforme o caso, da sua obrigação de subscrever e integralizar as Debêntures, é condicionada à satisfação, cumulativa, a exclusivo critério do Coordenador Líder, na data de subscrição e integralização das Debêntures (“Data de Desembolso”), das seguintes condições suspensivas (cada uma, uma “Condição Suspensiva de Desembolso”):

- a) negociação, preparação, celebração e formalização, inclusive em face de terceiros, de toda a documentação necessária à Emissão, incluindo sem limitação os Contratos de Garantia e os demais documentos vinculados à Oferta, incluindo seus respectivos anexos, em forma e substância aceitáveis ao Coordenador Líder e ao Assessor Legal (conforme abaixo definido);
- b) todos os documentos, declarações e autorizações necessários à emissão das Debêntures e à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) as autorizações legais e societárias da Emissora e/ou, conforme o caso, de suas controladoras e/ou Controladas, (ii) Parecer da



Procuradoria Geral da Emissora versando sobre a legalidade da contratação direta de operações financeiras, (iii) o Contrato de Cessão Fiduciária e (iv) o Contrato de Alienação Fiduciária e os demais documentos relativos à operação, deverão ter sido obtidos, concluídos, formalizados e/ou registrados, conforme o caso, e deverão estar em forma e substância satisfatórias ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário, e ao Assessor Legal, bem como deverão ser existentes, válidos e eficazes em cada Data de Desembolso;

- c) devida constituição das Garantias Reais, objeto dos Contratos de Garantia, em termos satisfatórios ao Coordenador Líder;
- d) não ocorrência de um evento de resilição involuntária ou de um evento que possa dar causa à resilição involuntária do Contrato de Distribuição, de acordo com seus termos e condições;
- e) não ocorrência de (i) um evento que, após o decurso de prazo, possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado ou (ii) um Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na presente Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à operação;
- f) cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações previstas na presente Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à operação em cada Data de Desembolso;
- g) fornecimento, pela Emissora, em tempo hábil, ao Coordenador Líder e ao Assessor Legal, de todas as informações corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão. Qualquer alteração ou incongruência verificada nas informações fornecidas deverá ser analisada pelo Coordenador Líder, visando decidir, a seu exclusivo critério, sobre a continuidade do negócio da Emissão;
- h) fornecimento, em tempo hábil, de todos os documentos e informações requeridos pela CETIP, por ocasião da distribuição e negociação das Debêntures, assim como após obtenção do registro para negociação no ambiente desta entidade, em atendimento às regras estabelecidas pela respectiva entidade;
- i) obtenção e manutenção do registro das Debêntures para distribuição no MDA e negociação no mercado secundário no CETIP 21;
- j) manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes que dão à Emissora e a suas Controladas condição fundamental de funcionamento;
- k) verificação de que todas e quaisquer obrigações assumidas pela Emissora e por suas Controladas, perante o Coordenador Líder e suas respectivas Controladas, advindas de quaisquer contratos, termos ou compromissos, estejam devida e pontualmente adimplidas;

- l) aprovações pelas áreas internas do Coordenador Líder responsáveis pela análise e aprovação da Emissão, incluindo mas não se limitando a crédito, jurídico, contabilidade, risco e *compliance*, além de regras internas da organização;
- m) existência de liberdade, pelo Coordenador Líder, para divulgação da Emissão através de qualquer meio, nos limites da legislação em vigor;
- n) contratação e remuneração de todos os prestadores de serviços necessários para a boa estruturação e execução da Emissão, nos termos aqui apresentados, inclusive do Assessor Legal;
- o) conclusão do levantamento de informações e do processo de análise detalhada (*due diligence*) da Emissora e, conforme o caso, de suas Controladas e/ou controladoras, em termos satisfatórios, a exclusivo critério do Coordenador Líder e do Assessor Legal, conforme padrão usualmente utilizado pelo mercado de capitais em operações deste tipo;
- p) recebimento, pelo Coordenador Líder, em até 1 (um) Dia Útil antes da Data de Desembolso, (i) de opinião legal, datada da data de início da oferta de distribuição das Debêntures e endereçada ao Coordenador Líder, do escritório Motta, Fernandes Rocha – Advogados, na qualidade de consultor legal da Emissão (“Assessor Legal”); e (ii) de Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral da Emissora, em forma e substância satisfatórias ao Coordenador Líder;
- q) não ocorrência de alteração adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora, a critério do Coordenador Líder;
- r) que, na Data de Desembolso, todas as declarações feitas pela Emissora e constantes na presente Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação sejam verdadeiras e corretas, sendo que, para os fins desta Escritura, “Documentos da Operação” tem o significado que lhe é atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária;
- s) que os documentos apresentados pela CEB ou suas Controladas não contenham impropriedades que possam prejudicar a regularidade da Emissão e/ou o que está estabelecido nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação;
- t) adimplência, pela Emissora, no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, nos demais Documentos da Operação e seus respectivos anexos;

- u) recolhimento, pela Emissora, de quaisquer taxas ou tributos incidentes sobre o registro da Emissão;
- v) rigoroso cumprimento pela Emissora da legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor; e
- w) não ocorrência de comunicação, por parte de autoridade competente, sobre a não renovação do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA IV **CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

4.1.Data de Emissão das Debêntures

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de junho de 2015 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário de cada Debênture é de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma e Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Escriturador Mandatário, por meio de extrato da conta de depósito a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7. Prazo e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures têm prazo de vigência de 60 (sessenta) meses a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de junho de 2020 ("Data de Vencimento"), observados os termos e condições previstos no item (4.9) abaixo.

4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão, equivalentes a 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil - Certificados de Depósito Interfinanceiro – DI de um dia apuradas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ou em qualquer outro site ou publicação que venha a substituí-lo, expressas na forma percentual e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa DI"), capitalizada exponencialmente, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 6,80% (seis inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis por ano ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

J Valor da Remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread});$$

Onde:

FatorDI Produtório das Taxas DI, da data de início do período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

n Número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

k Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(1 + \frac{\text{DI}_k}{100}\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left(1 + \frac{Spread}{100}\right)^{\frac{DP}{252}}$$

Onde:

Spread 6,8000 (seis inteiros e oitenta centésimos); e

DP Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.2. O pagamento da Remuneração será feito mensalmente, sempre no dia 15 (quinze) de cada mês calendário, sendo o primeiro pagamento em 15 de julho de 2015 e o último na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou Vencimento Antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) (individualmente, uma “Data de Pagamento da Remuneração” e, em conjunto, as “Datas de Pagamento da Remuneração”).



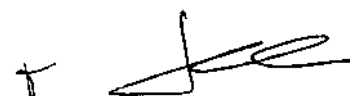
4.8.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina (exclusive) na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.8.3.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. Em caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, ou, ainda, se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.8.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, deverá ser utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido. Caso não haja definição de parâmetro legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contado (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação vigente aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.8.5.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.8.5 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas será realizada e deverá estabelecer que a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item (4.8.5.1), a última Taxa



DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação da Taxa DI.

4.8.6. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.8.5), não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas, observado o *quorum* estabelecido na Cláusula VII abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias contado a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures (conforme abaixo definido), com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo respectivo Valor de Resgate Antecipado. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, em cronograma e percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser estipulado pela mesma, o qual não excederá o prazo médio de amortização original das Debêntures e nem a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os Debenturistas em cada data de amortização. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item (4.8.2 acima, sendo certo que o cronograma de amortização deverá coincidir com as Datas de Pagamento da Remuneração, observado que as Debêntures farão jus à nova remuneração proposta pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item (4.8.5) acima. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis por ano, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis por ano.

4.8.7. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.



4.9. Amortização do Principal

4.9.1. Os valores devidos a título de Principal deverão ser amortizados e pagos pela Emissora, mensalmente nos montantes e nas datas de pagamento de Principal, conforme indicadas abaixo, sendo o primeiro pagamento a título de amortização de Principal devido em 15 de junho de 2016 e o último na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso).

Parcela	Data de Pagamento de Principal	Percentual (% do Principal)
1	15 de junho de 2016	2,0400%
2	15 de julho de 2016	2,0400%
3	15 de agosto de 2016	2,0400%
4	15 de setembro de 2016	2,0400%
5	15 de outubro de 2016	2,0400%
6	15 de novembro de 2016	2,0400%
7	15 de dezembro de 2016	2,0400%
8	15 de janeiro de 2017	2,0400%
9	15 de fevereiro de 2017	2,0400%
10	15 de março de 2017	2,0400%
11	15 de abril de 2017	2,0400%
12	15 de maio de 2017	2,0400%
13	15 de junho de 2017	2,0400%
14	15 de julho de 2017	2,0400%
15	15 de agosto de 2017	2,0400%
16	15 de setembro de 2017	2,0400%
17	15 de outubro de 2017	2,0400%
18	15 de novembro de 2017	2,0400%
19	15 de dezembro de 2017	2,0400%
20	15 de janeiro de 2018	2,0400%
21	15 de fevereiro de 2018	2,0400%
22	15 de março de 2018	2,0400%
23	15 de abril de 2018	2,0400%
24	15 de maio de 2018	2,0400%
25	15 de junho de 2018	2,0400%

Parcela	Data de Pagamento de Principal	Percentual (% do Principal)
26	15 de julho de 2018	2,0400%
27	15 de agosto de 2018	2,0400%
28	15 de setembro de 2018	2,0400%
29	15 de outubro de 2018	2,0400%
30	15 de novembro de 2018	2,0400%
31	15 de dezembro de 2018	2,0400%
32	15 de janeiro de 2019	2,0400%
33	15 de fevereiro de 2019	2,0400%
34	15 de março de 2019	2,0400%
35	15 de abril de 2019	2,0400%
36	15 de maio de 2019	2,0400%
37	15 de junho de 2019	2,0400%
38	15 de julho de 2019	2,0400%
39	15 de agosto de 2019	2,0400%
40	15 de setembro de 2019	2,0400%
41	15 de outubro de 2019	2,0400%
42	15 de novembro de 2019	2,0400%
43	15 de dezembro de 2019	2,0400%
44	15 de janeiro de 2020	2,0400%
45	15 de fevereiro de 2020	2,0400%
46	15 de março de 2020	2,0400%
47	15 de abril de 2020	2,0400%
48	15 de maio de 2020	2,0400%
49	15 de junho de 2020	saldo
--	--	--



4.10. Aquisição Facultativa

4.10.1. É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista no item (2.4.3) acima e somente após transcorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses contado a partir da Data de Emissão, adquirir Debêntures, observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, bem como o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios e multa, se for o caso, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão *jus* à mesma remuneração das demais Debêntures.

4.11. Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Obrigatório Total

4.11.1. A Emissora poderá resgatar antecipada e integralmente a totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Neste caso, o valor de resgate antecipado de cada Debênture será calculado como o somatório: (i) do Valor de Curva e (ii) das Remunerações e demais encargos que seriam devidos pela Emissora, relativamente ao saldo do Principal, caso tal Resgate Antecipado Facultativo Total não ocorresse, conforme calculado pelo Agente Fiduciário, entre a Data de Pagamento do Resgate Antecipado, conforme abaixo definido e a Data de Vencimento, trazidos a valor presente na referida Data de Pagamento do Resgate Antecipado, conforme abaixo definido tendo por base uma taxa de desconto equivalente ao DI Futuro, cujo cálculo será efetuado pelo Agente Fiduciário, o qual, salvo manifesto erro devidamente comprovado pela Emissora, será vinculante e definitivo ("Valor de Resgate Antecipado").

Para esses fins,

"Valor de Curva" significa o somatório dos seguintes fatores: (i) saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Pagamento do Resgate Antecipado, conforme abaixo definido; e (ii) Remuneração e demais encargos devidos e não pagos (mas excluindo aqueles já vencidos e pagos), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a Data de Pagamento do Resgate Antecipado, conforme abaixo definido, com cálculo efetuado pelo Agente Fiduciário.

“DI Futuro” significa a taxa de juros correspondente ao ajuste do contrato futuro de taxa média de DI – Depósitos Interfinanceiros de 1 (um) dia determinada pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) e referente ao vencimento mais próximo, porém posterior, à Data de Vencimento, válida para o Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento do Resgate Antecipado, divulgada pela BM&FBOVESPA no informativo “Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros)”, disponível em sua página na Internet, ou o meio que vier a substituí-lo. Fica também estabelecido que, para fins de apuração das Remunerações no cálculo do Valor de Resgate Antecipado, o DI Futuro será utilizado na fórmula de cálculo da Remuneração no lugar da Taxa DI.

4.11.2. Exclusivamente na hipótese de a Emissora efetuar o Resgate Antecipado Facultativo Total com os recursos provenientes de operação de emissão e colocação no mercado brasileiro de capitais de cotas de emissão do fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, conforme descrito no Contrato de Distribuição, o valor de resgate de cada Debênture será equivalente ao respectivo Valor de Curva.

4.11.3. Todas as Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão resgatadas em uma única data e imediatamente canceladas pela Emissora.

4.11.4. O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser realizado mediante comunicação pela Emissora ao Agente Fiduciário e à CETIP e publicado por meio de comunicação aos Debenturistas com, no mínimo, 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência, sendo que tal notificação deverá informar (a) a data do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data de Pagamento do Resgate Antecipado”), (b) a estimativa do Valor do Resgate Antecipado calculado pela Emissora, o qual deverá ser validado pelo Agente Fiduciário obedecida a metodologia descrita no item (4.11.1) acima, (c) o procedimento definido pela CETIP para a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”).

4.11.5. Sem prejuízo do disposto acima, verificada a ausência de manifestação, pelo poder concedente, até 15 de dezembro de 2015 (“Data Limite”), evidenciando sua concordância e aprovação incondicionada com relação à prorrogação do prazo da concessão objeto do Contrato de Concessão, a Emissora deverá, mediante deliberação dos Debenturistas titulares de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) das Debêntures em Circulação (“Quórum Qualificado”), reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada pelo Agente Fiduciário, resgatar a totalidade das Debêntures de forma antecipada (“Resgate Antecipado Obrigatório Total”).

4.11.6. O Resgate Antecipado Obrigatório Total deverá ser realizado na Data de Pagamento do Resgate Antecipado mediante o pagamento do Valor de Resgate Antecipado, nos termos do item (4.11.1) acima.

4.11.7. O valor do resgate antecipado devido pela Emissora para cada Debênture objeto do Resgate Antecipado Obrigatório Total será equivalente ao Valor de Resgate Antecipado, calculado nos termos do item (4.11.1) acima na data de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos do item (4.11.5) acima (“Data de Deliberação do Resgate Antecipado Obrigatório”).

4.11.8. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Obrigatório Total serão imediatamente canceladas pela Emissora.

4.11.9. O procedimento de Resgate Antecipado Obrigatório Total deverá seguir os procedimentos definidos pela CETIP. Para tal, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão comunicar a CETIP com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da realização do Resgate Antecipado Obrigatório Total.

4.11.10 A Emissora não poderá realizar a amortização extraordinária das Debêntures.

4.12. Multa e Juros Moratórios

4.12.1. Sem prejuízo da Remuneração devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração e/ou do resgate do Valor Nominal Unitário, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

4.13. Garantias Reais

4.13.1. O pagamento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão será garantido pelas seguintes garantias reais (em conjunto, "Garantias Reais"): (i) cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, líquidos de qualquer taxa de administração/serviço, provenientes de faturas e/ou duplicatas de prestação de serviços públicos de fornecimento de energia, devidos à Emissora por consumidores, no período compreendido entre a 1ª (primeira) data de integralização das Debêntures e a data em que se verificar a liquidação integral das Debêntures e demais obrigações acessórias, observados os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças Nº CSBRA20150500254", celebrado nesta data entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco de Brasília S.A. - BRB ("Contrato de Cessão Fiduciária") e (ii) alienação fiduciária de imóveis urbanos de titularidade da Emissora, observados os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças Nº CSBRA20150500253", celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária") e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia".

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens (4.14.2) a (4.14.7) abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do montante equivalente ao Valor de Resgate Antecipado para cada Debênture, calculado nos termos do item (4.11) acima, considerando, para fins de cálculo do Valor de Resgate Antecipado, a Data do Pagamento do Resgate Antecipado como sendo a data do efetivo pagamento antecipado das Debêntures ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada um deles, um "Evento de Vencimento Antecipado"): Q

- a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão e/ou aos Debenturistas, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures e/ou à Escritura de Emissão, aos Contratos de Garantia e/ou às Garantias Reais, observados eventuais prazos de cura específicos descritos nas demais hipóteses deste item (4.14.1) e/ou nos Contratos de Garantia, não sanado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contado da data de comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou, na omissão deste, pelos Debenturistas, à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo de cura previsto nesta alínea não se aplica às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura de Emissão;
- c) inadimplemento, pela Emissora e/ou quaisquer de suas sociedades Controladas (conforme abaixo definido), de qualquer obrigação pecuniária cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data originalmente estipulada para pagamento ou do término do prazo de cura eventualmente existente; ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, e/ou de quaisquer de suas Controladas cujo saldo devedor seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas);
- d) ocorrência de: (i) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas; (ii) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (iv) extinção (exceto se decorrente de reorganizações societárias, que não causem um vencimento antecipado), liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas;
- e) alteração do Controle, direto ou indireto, da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas, exceto: (i) se aprovado previamente por Debenturistas detentores de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) de todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas para fins de quórum, aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, bem como as Debêntures de titularidade (a) de empresas Controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) de controladores (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, a pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas ("Debêntures em Circulação"); ou (ii) se os atuais acionistas da Emissora e de seus controladores na data de assinatura desta Escritura de Emissão, continuarem, direta ou indiretamente, como controladores da Emissora e/ou da respectiva Controlada, conforme definição do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

- f) ocorrência de qualquer aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas, desde que observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que operações de incorporação, fusão ou cisão entre as Controladas da Emissora não serão consideradas um Evento de Vencimento Antecipado nos termos desta alínea;
- g) se as Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão: (a) forem objeto de questionamento pela Emissora ou por qualquer terceiro; (b) forem anuladas, nulas, ou invalidadas ou se tornarem ineficazes ou inexecutíveis sob qualquer forma; (c) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal evento não for sanado ou a Emissora não substituir ou reforçar tais Garantias Reais, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento; ou (d) for objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou que a torne insuficiente, sem o devido reforço de garantia, nos termos dos Contratos de Garantia;
- h) caso (i) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e/ou nos demais documentos da Oferta; ou (ii) provarem-se incorretas ou inconsistentes quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais documentos da Oferta desde que tais incorreções ou inconsistências não sejam sanadas no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de comunicação da referida comprovação pela Emissora ao Agente Fiduciário;
- i) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- j) realização da redução do capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas representando, no mínimo, o Quórum Qualificado;
- k) alteração do objeto social da Emissora e/ou de Controladas, conforme disposto em seu estatuto social, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto quando referida alteração não resultar em mudança da atividade principal atualmente praticada pela Emissora e/ou do ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora;
- l) alienação de quaisquer ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) investimentos na atividade produtiva da Emissora, ou (ii) substituição de bens antigos por novos com a mesma finalidade. Para os fins do disposto nesta alínea, a verificação da receita operacional líquida da Emissora será realizada pelo Agente Fiduciário, trimestralmente, utilizando-se como base de comparação as receitas operacionais líquidas consolidadas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do respectivo trimestre de apuração;

- m) descumprimento de decisão judicial transitada em julgado determinando a execução de títulos contra a Emissora e/ou suas Controladas, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- n) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou suas Controladas, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceto se, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contado da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi(foram) depositado(s) em juízo;
- o) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão ou em quaisquer dos Documentos da Operação;
- p) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos;
- q) descumprimento das obrigações a que a Emissora encontra-se sujeita, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se a Emissora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- r) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- s) descumprimento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações definidas no Contrato de Distribuição, observados eventuais prazos de cura específicos definidos no referido instrumento, conforme informado, por escrito, pelo Coordenador Líder ao Agente Fiduciário;
- t) modificação e/ou descontinuidade, total ou parcial, dos Procedimentos de Arrecadação (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) incluindo, sem limitação, a apresentação de contestação e/ou a realização, por qualquer pessoa, de qualquer ato ou procedimento que possa-lhe ou venha-lhe afetar adversamente;
- u) caso seja proposta medida judicial ou extrajudicial que a critério dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, afete ou possa afetar a habilidade da Emissora de pagar as suas obrigações oriundas desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia ou prejudicar ou suspender a eficácia ou o exercício ou pleno dos direitos do Agente Fiduciário oriundos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia;

- v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, cuja não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão afete o regular exercício das atividades da Emissora;
- w) caso a Conta Centralizadora (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) deixe de receber a totalidade dos recursos oriundos dos pagamentos das faturas de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica pelos consumidores da CEB;
- x) descumprimento, pela Emissora, por suas Afiliadas e/ou por qualquer outra pessoa ou entidade que seja integrante do seu grupo econômico, a qualquer tempo, de qualquer termo ou obrigação estabelecidos em qualquer um dos Documentos da Operação e/ou em qualquer contrato ou acordo celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, quaisquer de suas Afiliadas e/ou qualquer pessoa ou entidade que seja integrante do seu grupo econômico, ou, ainda, qualquer fundo administrado e/ou gerido por sociedade integrante do grupo econômico do Coordenador Líder;
- y) ocorrência de comunicação, por parte de autoridade competente, sobre a não prorrogação ou renovação do Contrato de Concessão; ou
- z) caso a Emissora e/ou qualquer dos demais signatários de qualquer dos Documentos da Operação venham a questionar a existência, validade e/ou eficácia de quaisquer dos termos e condições dos Documentos da Operação, por qualquer meio ou instância, judicial ou extrajudicial, incluindo por medidas liminares.

4.14.1.1. Para os fins do item (4.14.1), “Controle” tem o significado previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, “Controladas” tem o significado previsto no artigo 243, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações e “Afiliadas” significa, em conjunto, as sociedades coligadas, controladoras e controladas, conforme previsto no Capítulo XX da Lei das Sociedades por Ações.

4.14.2. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, “Data de Vencimento Antecipado” será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) A data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (a), (d), (e), (f), (g), (i), (j), (k), (o) e (r) do item (4.14.1) acima (“Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática”), será considerada a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, mesmo que a comunicação escrita, prevista no item (4.14.6) abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o Vencimento Antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e

- (ii) ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item (4.14.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será considerada a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item (4.14.3 abaixo na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data da ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item (4.14.3 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada nos termos do item (4.14.3 acima, Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação deliberarem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.6. O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, em qualquer das hipóteses descritas no item (4.14.2), nos termos da Cláusula IX abaixo, o Vencimento Antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado, conforme o caso, (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o Vencimento Antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

4.14.7. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do respectivo Valor de Resgate Antecipado e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no item (4.14.6 acima, e nos termos da Cláusula IX abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item (4.12 acima.

4.14.7.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item (4.14.7 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1. O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou dos encargos moratórios e/ou de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures para os titulares de Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) Diário Oficial do Distrito Federal e (ii) jornal "Correio Braziliense", utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações.

4.19. Imunidade dos Debenturistas

4.19.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

+

je

CLÁUSULA V
DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) (A) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, ou data anterior, caso tais informações sejam disponibilizadas na página da Emissora na rede mundial de computadores; e (B) declaração assinada por diretor da Emissora atestando que a Emissora está em dia com as obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, inclusive com relação às Controladas;
- (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item (4.18 acima;
- (iv) encaminhar tempestivamente ao Agente Fiduciário os documentos necessários à verificação do atendimento das Condições Suspensivas de Desembolso;
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480") ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 7 (sete) Dias Úteis contado da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados;
- (vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, incluindo, sem limitação, aqueles necessários ao acompanhamento dos Procedimentos de Arrecadação; e

(vii) dentro do prazo de até 15 (quinze) dias contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, cópia das informações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014;

- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços anuais a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula VII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item (4.14 acima, bem como qualquer outro evento que possa trazer prejuízo aos Debenturistas, a critério da Emissora. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e em cada um dos Contratos de Garantia, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma relevante e adversa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a data em que a Emissora tomar conhecimento do trânsito em julgado do respectivo processo;



- (k) manter as condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias nos negócios da Emissora, devendo notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante ou sobre quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o pontual cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;
- (l) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão e/ou os Contratos de Garantia, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (n) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (o) respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou que de qualquer forma infringem direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- (p) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (q) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta;
- (r) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, o Banco Centralizador (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e a CETIP ou qualquer outro prestador de serviço de sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;

7

[Handwritten signature]

- (s) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (t) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (u) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, no que for aplicável;
- (v) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (w) cumprir todas as obrigações dispostas em todos os documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando a cada um dos Contratos de Garantia, ao Contrato de Distribuição e a esta Escritura de Emissão;
- (x) incluir em suas demonstrações financeiras disposição expressa dando ciência das Debêntures e de seus termos e condições, em especial da existência desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (y) encaminhar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou evento equivalente apresentado por terceiros contra si; e
- (z) manter, enquanto as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não estiverem integralmente pagas, conforme atestado pelo Agente Fiduciário, o valor dos ativos objeto da garantia constituída por meio de cada um dos Contratos de Garantia sempre em conformidade com os valores mínimos estabelecidos nos referidos contratos, praticando todos os atos necessários para que isso ocorra.

5.2. As despesas a que se referem as alíneas do item (5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (c) extração de certidões;
- (d) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas;
- (e) despesas de viagem, compreendendo alimentação, transporte e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que qualquer despesa em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverá ser, sempre que possível, previamente aprovado pela Emissora; e
- (f) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea “c” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM 358”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas, pelo Agente Fiduciário, pela CVM, ANBIMA e/ou pela CETIP.

CLÁUSULA VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;

- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social; e
- (k) verificou a suficiência da garantia real consubstanciada pela alienação fiduciária de imóveis com base no laudo técnico de avaliação nº 68785 elaborado em março de 2015 pela Setape Engenharia de Avaliações, sendo certo que a constituição e exequibilidade da referida garantia depende do registro da Alienação Fiduciária na matrícula dos imóveis. Com relação à garantia real consubstanciada pela Cessão Fiduciária, não foi possível verificar a suficiência da mesma, sendo certo que a constituição e exequibilidade desta garantia dependem do cumprimento das disposições previstas no Contrato de Cessão Fiduciária.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, até a liquidação integral das Debêntures, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidos ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) verificação de *covenants* não financeiros, (iii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagos 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das condições das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das condições das Debêntures.

6.4.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, ressalvados aqueles já previamente previstos nesta Escritura de Emissão, serão cobrados, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

6.4.4. As parcelas referidas nos itens acima serão atualizadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário.

6.4.5. Além disso, as parcelas previstas nos itens acima serão acrescidas dos tributos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e quaisquer outros tributos que venham a incidir na remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.

6.4.6. Os serviços do Agente Fiduciário previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei das Sociedades por Ações.

6.4.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas à Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.8. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.4.9. No caso de alteração nas características da Emissão ou em eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, fica facultada ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.4.10. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão de eventuais aditamentos na JCDF, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;



- (h) solicitar, quando considerar necessário de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item (4.18 acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma do grupo societário da Emissora, contendo inclusive, os controladores, as Controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes de bloco de controle, bem como todos os dados financeiros e atos societários, necessários à realização do relatório acima, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures;
 - (viii) pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

- (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
 - (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e
 - (xi) realizar todo e qualquer ato ou procedimento solicitado pelo Agente Fiduciário relacionado à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia; e
 - (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, Controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;

- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
- (q) acompanhar com o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora em relação às Debêntures, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) verificar a regularidade da constituição da Garantia Real, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (t) verificar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures feito pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site: www.oliveiratrust.com.br.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item (4.14) acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão, incluindo executar as garantias associadas às Debêntures;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução das Garantias Reais; e

- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (d) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JCDF junto com a presente.

6.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item (4.18 acima).

6.7.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantia, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas nesta Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII

DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunirem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM, conforme previsto no artigo 71, § 1º da Lei das Sociedades por Ações.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item (4.19) acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5.1. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

7.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.7. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados *quora* específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, por Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.7.1. Sem prejuízo do disposto no item (7.7) acima, somente os Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, poderão aprovar alterações propostas pela Emissora sobre as seguintes matérias:

- (a) qualquer alteração no prazo de vigência, na Remuneração e/ou na Data de Vencimento das Debêntures;
- (b) nos critérios e procedimentos para cálculo e pagamento da Remuneração e/ou nas Datas de Pagamento da Remuneração;
- (c) na espécie das Debêntures;
- (d) desta Cláusula VII e seus procedimentos e *quora*;
- (e) nos *quora* de deliberação, ordinários ou qualificados, das Assembleias Gerais de Debenturistas; e/ou
- (f) qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previstos no item (4.14) acima.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII
DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara, na Data de Emissão e na data de subscrição e integralização das Debêntures, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta e ao cumprimento de suas obrigações previstas nos referidos documentos, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e cada um dos Contratos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e os demais Documentos da Operação e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (e) a Emissora encontra-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos demais Documentos da Operação e seus respectivos anexos;
- (f) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, dos demais Documentos da Operação e o cumprimento de suas respectivas obrigações aqui e ali previstos, assim como a Emissão e a Oferta não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES nº 1041.349.0000001 ("BNDES"), o qual dentre outras cláusulas é regido pelas "Disposições Aplicáveis aos Contratos BNDES", as quais, dentre outras disposições, estabelece em seu art. 34, XII, que a Emissora não poderá alienar ou onerar bens de seu ativo permanente sem a prévia anuência do BNDES, e, conforme aqui declarado pela Emissora, não é necessária a autorização prévia do BNDES para a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e dos demais Documentos da

Operação; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais de que trata o item (4.14) acima; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (g) tem, assim como suas Controladas, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (h) cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (j) as informações públicas sobre a Emissora, constituem informações relevantes e necessárias para que os Investidores Qualificados e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta e suficiente com relação ao investimento nas Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (k) não omitiu ao Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido);
- (l) não produziu material de divulgação, venda ou propaganda das Debêntures de qualquer natureza;
- (m) inexistente, em seu conhecimento (a) do descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar Efeito Adverso Relevante;
- (n) as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, em cada um dos Contratos de Garantia e nos demais Documentos da Operação são e permanecem nesta data integralmente verdadeiras, corretas e completas;
- (o) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

- (p) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e dos demais Documentos da Operação, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item (3.5) desta Escritura de Emissão;
- (q) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (r) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (s) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e dos demais Documentos da Operação, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na JCDF, (b) o registro dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Imóveis competentes, conforme aplicável, e (c) o registro das Debêntures na CETIP;
- (t) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua capacidade de cumprir com as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (u) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;
- (v) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (w) cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde, segurança;

- (x) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir que: (a) as operações são executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações são registradas conforme exigido para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;
- (y) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são suficientes, corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações (consideradas como um todo) não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas; e
- (z) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição.

8.2. Para fins desta Cláusula, “Efeito Adverso Relevante” significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, ou alteração ou efeito sobre a Emissora, considerados em conjunto, que, a critério fundamentado e de boa fé dos Debenturistas, modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos documentos da Oferta, da Emissão e/ou da Oferta.

CLÁUSULA IX DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

ST Setor de Indústria e Abastecimento - Área Especial C, s/n

CEP 71200-030 Brasília - DF

At.: Ari Joaquim da Silva

Tel.: (61) 3465-9602

E-mail: ari.joaquim@ceb.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca

22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At. Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-9441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

At. Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-9441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Coordenador Líder:

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 10º andar

CEP 04542-000 – São Paulo-SP

At.: Departamento Jurídico

Tel.: (11) 3701-8050

Fax: (11) 3701-6911

E-mail: list.csbg-legal@credit-suisse.com

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima ou das pessoas responsáveis pelo recebimento das comunicações deverá ser comunicada à outra Parte pela parte que tiver seu endereço alterado ou a pessoa responsável pelo recebimento das comunicações, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item (9.3) acima serão arcados pela Parte inadimplente.

CLÁUSULA X **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, salvo na hipótese de não atendimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

CLÁUSULA XI DO FORO

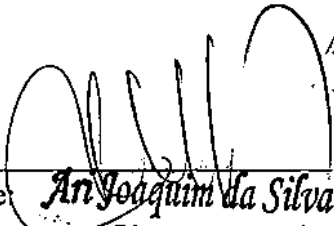
11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

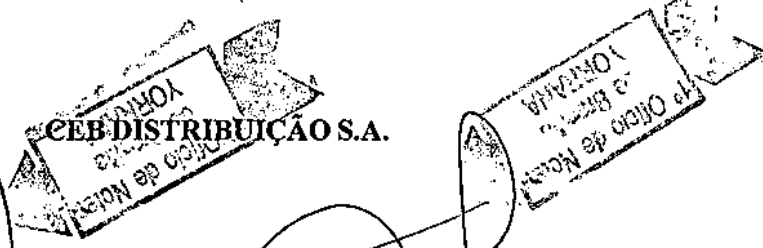
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


São Paulo, 09 de junho de 2015


[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CEB Distribuição S.A. (1/2)


Nome: **Antônio da Silva**
Cargo: **Diretor-Geral**


Nome: **Julio Freitas**
Cargo: **Diretor Financeiro**


Michelle Christian Simões Fontes L.
Consultora Executiva do Jurídico - Juri
Matrícula 4786-4 OAB/DF 16.893



[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



5000

Julio Cesar de Oliveira
Firma

Julio Cesar de Oliveira
Firma

1. OFICIO DE NOTAS E PROTESTO DE BRAS
CRS 505, Bloco C, Lda 1/3

RECONHECO e dou fe por AUTENTICIDADE
da(s) firma(s) de:
[ALUKLUA]-ARI JOAQUIM DA SILVA...
[ALUISCAA]-JULIO CESAR DE OLIVEIRA...
FREITAS.....

O reconhecimento de firma restringe-se
ao rigoroso confronto da assinatura
com o padrao existente na Serventia, sem
taxa de titularidade de direito.

BRB, 09 de Junho de 2015 - 16:15:54
#Selo TJDF120150010782531VC7 e
#TJDF120150010782531VC7
#VND-Consultar selo: www.tjdft.jus.br

SANDRO CUSTODIO DE OLIVEIRA



Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da CEB Distribuição S.A. (2/2)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome:


Cargo: Marcelo Takeshi Yano de Andrada
Procurador




Nome:

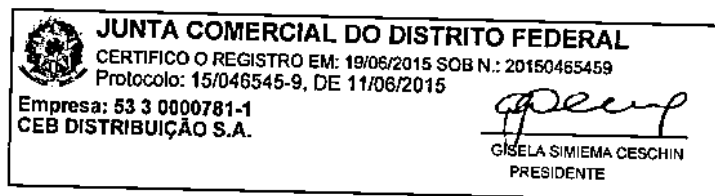
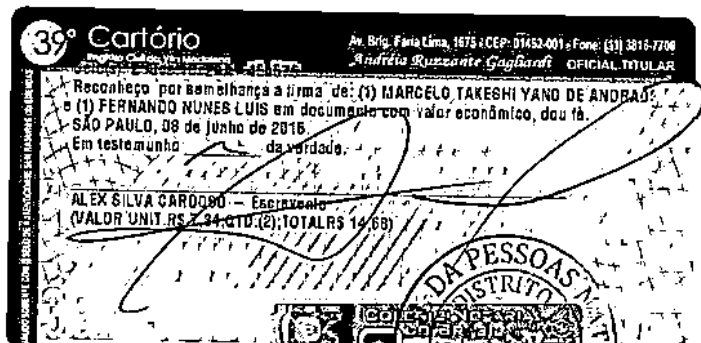
Cargo: Fernando Nunes Luis
Procurador

Testemunhas:


Nome: Alex Silva Cardoso
CPF: 693914751-91


Nome: Gisela Simiema Ceschin
CPF: 052.833.366-62

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



39º SUBD. VILA MADALENA
Alex Silva Cardoso
Escritor Autorizado